



VERTIN
CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS

2023

Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2023

Vertin Engenharia Ltda.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023



Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	12
5. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	13
6. PARTES RELACIONADAS	14
7. ADIANTAMENTO DE CLIENTES	14
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15
9. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	15
10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	16
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
12. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS	17
13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	18
14. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	18
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Conselheiros e diretores da
Vertin Engenharia Ltda.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Vertin Engenharia Ltda.** (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vertin Engenharia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2024.



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.548	-
Contas a receber de clientes	4	20.340	-
Estoques		648	-
Despesas antecipadas		156	-
Impostos a recuperar		888	-
Adiantamentos diversos		94	-
Total do ativo circulante		43.674	-
Não circulante			
Imobilizado		35	-
Direitos de uso de arrendamentos	5	707	-
Total do ativo não circulante		742	-
Total do ativo		44.416	-
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros		4.849	-
Débitos com partes relacionadas	6	898	-
Adiantamentos de clientes	7	24.013	-
Passivos de arrendamentos	5	260	-
Salários, provisões e obrigações sociais		1.908	-
Dividendos a pagar	6	1.272	-
Impostos e contribuições a recolher	8	1.824	-
Outros passivos circulantes		3.934	-
Total do passivo circulante		38.958	-
Não circulante			
Passivos de arrendamentos	5	458	-
Total do passivo não circulante		458	-
Total do passivo		39.416	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	5.000	1
Resultados acumulados		-	(1)
Total do patrimônio líquido		5.000	-
Total do passivo e patrimônio líquido		44.416	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vertin Engenharia Ltda.
Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados e vendas	12	33.986	-
Custos dos serviços prestados e das vendas	13	(20.233)	-
Lucro (Prejuízo) bruto		13.753	-
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(8.288)	(1)
		(8.288)	(1)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		5.465	(1)
Resultado financeiro, líquido	14	229	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.694	(1)
Tributos sobre o lucro			
Corrente	10	(1.937)	-
		(1.937)	-
Resultado líquido do exercício		3.757	(1)
Resultado básico por quota atribuído aos cotistas:			
Quota - em R\$		0,7514	(0,0100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vertin Engenharia Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	3.757	(1)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente	3.757	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Constituição de capital	1	-	1
Resultado líquido do exercício	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	(1)	-
Aumento de capital	4.999		4.999
Resultado líquido do exercício	-	3.757	3.757
Distribuição de dividendos	-	(3.756)	(3.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.000	-	5.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vertin Engenharia Ltda.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do período		3.757	(1)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	13	137	-
		3.894	(1)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(20.340)	-
Adiantamentos diversos		(94)	-
Estoques		(648)	-
Impostos a recuperar		(888)	-
Despesas antecipadas		(156)	-
		(22.126)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e subempreiteiros		4.849	-
Adiantamentos de clientes		24.013	-
Salários, provisões e obrigações sociais		1.908	-
Impostos e contribuições a recolher		1.824	-
Outros passivos		3.958	1
		36.552	1
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		18.320	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de ativo imobilizado		(35)	-
Transações com empresas ligadas, líquido		898	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		863	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	11	4.999	-
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	5	(126)	-
Pagamento de juros de arrendamentos	5	(24)	-
Dividendos pagos		(2.484)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		2.365	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		21.548	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	21.548	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		21.548	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vertin Engenharia Ltda. ("Empresa" ou "Vertin"), constituída em 13 de outubro de 2022, em Barueri/SP, especializada nos setores de alimentos, bebidas, fármacos e data centers, A Empresa se destaca por oferecer soluções completas em engenharia e construção, impulsionando o crescimento e a excelência operacional de seus clientes. Além de entregar projetos de alta qualidade, a Vertin busca estabelecer parcerias sólidas e duradouras, superando expectativas e agregando valor a cada empreendimento. A Empresa oferece suporte desde a concepção até a execução, garantindo o cumprimento dos mais altos padrões de qualidade e o respeito aos prazos estabelecidos, seja em obras civis, instalações industriais ou consultoria.

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as projeções de fluxo de caixa futuro da Empresa e, caso necessário, o suporte dos seus acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

O valor justo é definido como o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado, realizada na data de mensuração. Essencialmente, este valor é independente de sua observação direta, podendo ser estimado por meio de outras técnicas de avaliação. Na estimativa do valor justo de um ativo ou passivo, levamos em consideração as particularidades desses ativos ou passivos, desde que os participantes do mercado as ponderem no momento de precificar esses elementos na data de mensuração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 01 de abril de 2024.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas nos períodos subsequentes.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- **Nota explicativa 4:** Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato e ativos de contrato: Avaliação do risco de inadimplência para avaliação da perda esperada de clientes;
 - **Nota explicativa 8:** Reconhecimento de ativos e fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
-

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

- **Nota explicativa 9:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Imobilizado:** Definição da vida útil dos ativos imobilizado e a avaliação da recuperabilidade dos ativos.

2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.4.1 Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Empresa adotou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 (R1) – Contrato de seguro	Nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).
CPC 23 (R1) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa	Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	Fornecer orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.
CPC 32 (R1) – Tributo sobre o Lucro	Estreita o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.4.2 Normas emitidas e revisadas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração
CPC 06 (R1) – Arrendamentos	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, comumente com vencimento inferior a três meses. Tais ativos são facilmente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	1	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	21.547	-
	<u>21.548</u>	<u>-</u>

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, consistem principalmente em depósitos a prazo. A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é apresentada da seguinte forma:

	<u>Taxas médias ponderadas (a.a.)</u>			
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	97,00 % do DI	-	21.547	-
			<u>21.547</u>	<u>-</u>

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

4.1 Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia quanto das vendas de mercadorias associadas à construção. Conforme política contábil adotada pela Empresa, o reconhecimento de receita em contratos de construção abrange não apenas as faturas emitidas aos clientes, mas também os saldos ativos resultantes de medição aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos e avanço da obra, conforme previstos em contrato. (ver nota explicativa nº 12).

4.2. Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes faturados	11.716	-
Serviços a faturar	8.624	-
Contas a receber, líquido	<u>20.340</u>	<u>-</u>

A Administração da Empresa acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

4.3 Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos até 30 dias	11.221	-
Vencidos há mais de 30 dias (retenção contratual)	495	-
Serviços a faturar	8.624	-
	<u>20.340</u>	<u>-</u>

5. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

5.1. Política contábil

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Empresa pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Empresa não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

5.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Empresa utilizou uma taxa de desconto de 6,33% ao ano, que representa substancialmente a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento do período de 31 de dezembro de 2023:

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos									
Imóveis		-	1.008	(137)	(164)	-	-	-	707
		-	1.008	(137)	(164)	-	-	-	707
Passivos de arrendamentos									
Imóveis		-	1.008	-	(164)	24	(24)	(126)	718
		-	1.008	-	(164)	24	(24)	(126)	718
Circulante		-	-	-	-	-	-	-	260
Não circulante		-	-	-	-	-	-	-	458
		-	-	-	-	-	-	-	718

5.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento pode ser assim demonstrado:

	Direito de uso	31/12/2023
2024		260
2025		277
2026		112
2027		58
		707

5.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2024		297	37	260
2025		294	19	275
2026		127	8	119
2027		65	1	64
		783	65	718

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Composição

	Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladoras em conjunto</i>					
Consag Engenharia S.A.	Dividendos	-	145	-	-
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda.	Notas de Crédito	-	898	-	-
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda.	Dividendos	-	1.127	-	-
		-	2.170	-	-

7. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

7.1. Política contábil

O saldo de adiantamento de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia, quanto das vendas de mercadorias associadas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil adotada pela Empresa, os serviços são executados, serão ajustados pelos adiantamentos realizados ao longo do período de prestação de serviço (ver nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

7.2. Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos de clientes (a)	24.013	-
	<u>24.013</u>	<u>-</u>

(a) A Empresa mantém contratos com o cliente, tanto contratos de empreitada quanto contratos de prestação de serviços, os quais também contemplam o fornecimento de materiais. Estes contratos incorporam cláusulas específicas que estipulam que uma porção do pagamento acordado deve ser efetuada antecipadamente. A expectativa de liquidação do atual saldo de adiantamento é durante o exercício de 2024.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IR/CS	850	-
PIS e COFINS	525	-
IRRF	147	-
ISSQN	290	-
Outros	12	-
	<u>1.824</u>	<u>-</u>

9. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

9.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Empresa revisa periodicamente suas provisões para riscos. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, os quais concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Também podem existir processos judiciais para os quais a Empresa não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Provisões trabalhistas

A Empresa é parte em processos trabalhistas relacionados principalmente ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas com base na opinião de seus advogados e assessores jurídicos, além do histórico dos desfechos dessas demandas.

9.2. Passivos contingentes

A Empresa é parte em processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. O processo cujo risco de perda é possível refere-se à ação judicial trabalhista movida por terceiros que se relacionam, ou relacionaram com a Empresa na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2023, o processo cuja probabilidade de perda é considerada como possível totaliza R\$306 (em 31 de dezembro de 2022 não existiam processos cuja probabilidade era possível).

Os advogados e assessores jurídicos da Empresa acompanham permanentemente a situação desse risco, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

10.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do período. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

10.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.694	-
Alíquota nominal	34%	-
Tributos sobre o lucro nominais	(1.937)	-
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(1.937)	-
Corrente	(1.937)	-
	(1.937)	-
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	34,00%	

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é composto por 5.000.0000 quotas nominativas (100.000 quotas ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2022), com valor nominal de R\$1,00 por cada quota, conforme demonstrado abaixo:

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Consag Engenharia S.A.	3.500	70,00%	70	70,00%
CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda.	1.500	30,00%	30	30,00%
	5.000	100,00%	100	100,00%

Em 13 de março de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Empresa aprovou um aumento de capital social no valor de R\$4.900, realizado em moeda corrente. A operação resultou na emissão de 4.900 quotas, integralizadas pelos acionistas Consag Engenharia S.A. e CA3M Engenharia e Instalações Industriais Ltda., na proporção de 3.430 e 1.470 quotas, respectivamente.

11.2 Distribuição de dividendos

Conforme contato social, a qualquer tempo, a diretoria poderá deliberar sobre a distribuição de dividendos, a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço patrimonial. As porcentagens de distribuição dos lucros para cada sócio serão efetuadas na proporção de suas quotas do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa distribuiu R\$ 3.756 aos seus cotistas.

12. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

12.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Empresa ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47.

Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 4.

12.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
		% da receita bruta		% da receita bruta
Receita bruta nacional	36.021	100,00%	-	0,00%
Receita bruta total de serviços e vendas	36.021	100,00%	-	0,00%
Impostos sobre serviços e vendas	(2.035)	-5,65%	-	0,00%
Receita líquida de serviços e vendas	33.986	94,35%	-	0,00%

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

13.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

13.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(3.386)	(23)	-	-
Depreciação e amortização	(137)	-	-	-
Salários e encargos sociais	(4.277)	(7.752)	-	-
Contratação de serviços de terceiros	(11.882)	(281)	-	-
Gastos com viagens	(210)	(168)	-	-
Outros	(341)	(64)	(1)	-
Total	(20.233)	(8.288)	(1)	-

14. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

14.1. Composição

O resultado financeiro, líquido é composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	273	-
	273	-
Despesas financeiras		
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(29)	-
Outras despesas financeiras	(15)	-
	(44)	-
Resultado financeiro, líquido	229	-

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Empresa se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Empresa estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Empresa pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

15.2 Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor contábil		Valor contábil		
	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	21.547	-	-
Contas a receber de clientes		-	20.340	-	-
Créditos com partes relacionadas		-	-	-	-
		1	41.887	-	-
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	4.849	-	-
Passivos de arrendamentos		-	718	-	-
Débitos com partes relacionadas		-	898	-	-
Dividendos a pagar		-	1.272	-	-
		-	7.737	-	-

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Empresa possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e Análise de fluxos de caixa descontados.

Guilherme de Abreu Odaguri
DIRETOR

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

Leandro Mariano Gonçalves
CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL